

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

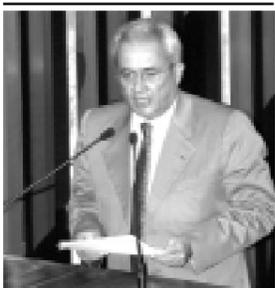
ANO VII – Nº 1.428 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO DE 2001



O presidente do Congresso, Ramez Tebet (sentado, ao centro), acompanhou a votação dos destaques à proposta do Orçamento, na reunião presidida por Carlos Bezerra (D)

Comissão vota emendas à proposta do Orçamento

CARLOS WILSON



“Governo virou as costas para o Nordeste”

PÁGINA 4

Reunião destinada ao exame de 2.331 destaques estendeu-se por toda a tarde e a noite de ontem. Só depois dessa etapa a proposta será analisada pelo Plenário do Congresso

A Comissão Mista de Orçamento passou toda a tarde e a noite de ontem analisando 2.331 destaques, pelos quais senadores e deputados pretendem alterar a proposta do relator-geral, Sampaio Dória. Presidida pelo senador Carlos Bezerra, a comissão havia analisado 1.041 destaques até o início da noite de ontem e a previsão era de que continuasse a discutir o conteúdo das emendas na madrugada de hoje. Depois de votadas as emendas, é preciso imprimir e distribuir cópias do texto para todos os parlamentares antes de o Orçamento entrar em votação no Plenário do Congresso Nacional.

PÁGINA 3

Senadores dão apoio à Argentina

Roberto Requião e José Fogaça comentaram ontem, no Plenário do Senado, a crise política e econômica que abala a Argentina.

PÁGINA 2



Suplicy leu artigo do teólogo Leonardo Boff sobre Natal e justiça social

Eduardo Suplicy lamenta clima de guerra na Ásia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem o clima de guerra na Ásia, dizendo que a Humanidade está demorando a aprender as lições de pacifistas como Mahatma Gandhi e Martin Luther King Jr. Ele mencionou o conflito entre Israel e a Autoridade Palestina, os ataques dos EUA ao Afeganistão e a ameaça de guerra entre Índia e Paquistão, além da possibilidade de nova invasão americana ao Iraque.

O senador leu, emocionado, artigo de Leonardo Boff, intitulado "Natal. Que Natal?", em que o teólogo convida à reflexão sobre a justiça social, lembrando que Cristo nasceu entre os animais, sem ter lugar para estalagem. Segundo Boff, Jesus, "o libertador das gentes", dirige sua mensagem, primeiramente, para os famintos, que não têm terra, teto, lugar social, e identifica-se com eles.

PRÉVIAS

Suplicy lembrou, em outro pronunciamento, que o dia 3 de março será marcado por decisões importantes na América Latina. Nesse dia será eleito o presidente da Argentina e escolhido o candidato à Presidência do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O senador acredita que as eleições argentinas despertarão mais interesse na opinião pública, devido às suas repercussões. Mas pediu atenção às prévias eleitorais, em que todos os filiados ao PT poderão escolher entre Luiz Inácio Lula da Silva e o próprio Suplicy.

Fogaça: Mercosul ajuda a manter democracia argentina

Senador destaca importância da reunião de chefes de Estado que se realizava no Uruguai no momento em que eclodiu a crise

O senador José Fogaça (PPS-RS) disse ontem que, se os chefes de Estado dos países que compõem o Mercosul não estivessem reunidos no Uruguai quando explodiu a crise política que levou à renúncia do presidente Fernando de la Rúa, o resultado para a democracia argentina poderia ter sido outro. "Países integrados não se transformam em ditaduras e as ditaduras não se integram em blocos de integração política e econômica", afirmou.

Fogaça lembrou que, apesar de a crise ser muito grave, não houve ruptura institucional, pois a renúncia é um instituto democrático previsto na Constituição argentina. Ele ressaltou a importância das conclusões da reunião dos chefes de Estado, que se solidarizaram com a Argen-



José Fogaça diz que "países integrados não se transformam em ditaduras"

tina e reafirmaram a importância da continuidade do Mercosul. Segundo Fogaça, os chefes de Estado manifestaram disposição para ajudar, "mas com os olhos abertos em relação ao andamento do processo democrático" na Argentina.

O senador também criticou a forma como tem sido aprovado o Orçamento da União. Segundo ele, seria mais produtivo votar a matéria

separadamente no Senado e na Câmara dos Deputados, ao invés de votá-la em sessão conjunta do Congresso. Dessa maneira, continuou, o Orçamento fica dependendo de acordo na Comissão de Orçamento para ser aprovado em Plenário. "Se não houver acordo na comissão, adeus, Orçamento", comentou.

Para Fogaça, esse procedimento tem produzido uma "cultura infernal, perversa e maléfica dos interesses individuais que lá predominam". O senador disse que o maior problema enfrentado para chegar-se a um acordo em torno do Orçamento a ser votado são as emendas individuais. Ele lembrou que os autores das emendas que não conseguem obter legitimidade e são rejeitadas pelas relatorias permanecem no último dia de votação do parecer na Comissão de Orçamento até as 5h da madrugada pedindo verificação de quórum para que suas emendas sejam acatadas.

Requião registra mensagem da Comissão Parlamentar Conjunta

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comunicou ontem que a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) e a Delegação de Parlamentares Chilenos se solidarizaram com o povo argentino em nota emitida na reunião realizada em Montevidéu, na última quinta-feira.

A nota prega que cada país membro da comissão promova ações de apoio que possam contribuir para a recuperação da normalidade social e econômica da Argentina. Segundo o senador, a declaração pede também respeito absoluto pelos assuntos inter-

nos do país vizinho. A nota é assinada pelos parlamentares Washington Abdala (Uruguai), presidente *pro tempore* da CPCM; Carlos Raimundi, presidente da representação argentina; Alfonso González Núñez, presidente da representação paraguaia, e por Requião, presidente da representação brasileira.

O senador lamentou, no entanto, a declaração feita pelos presidentes dos países que compõem o Mercosul, especialmente o presidente Fernando Henrique, que se propôs a encaminhar até 2005 a negociação da Área de Livre



Roberto Requião critica afirmações de Fernando Henrique sobre a Alca

Comércio das Américas (Alca). Requião, que lembrou afirmações anteriores de Fernando Henrique com críticas à Alca, disse que o comportamento do governo é "barroco", e sua falta de conformidade faz com que as pessoas percam as esperanças.



Marina Silva também apresentou apostila sobre ética na esfera municipal

Marina defende mutualismo em vez de competição

Com base no livro *Bio Mimetismo*, escrito pela bióloga norte-americana Janine Benyus, a senadora Marina Silva (PT-AC) fez uma reflexão sobre a necessidade de mudança no padrão de relacionamento entre os seres humanos, e destes com o meio ambiente. Marina disse que o mundo está vivendo o início de uma nova era, na qual o que conta é a capacidade de gerar conhecimento a partir de duas ferramentas: a tecnologia e a informação. Segundo a bióloga, explicou a senadora, existem 32 bilhões de espécies no planeta com formas próprias de se relacionar, como o mutualismo, o parasitismo, a coexistência e a competição.

— A forma superior de relacionamento, almejada por todas as espécies, é o mutualismo. A pior forma de relacionamento é a competição. A lógica humana incentiva a competição como forma de se superar e melhorar o desempenho nas várias atividades. Hoje poderíamos estar um pouquinho mais evoluídos se optássemos pelo mutualismo. De todas as partes da natureza, nós somos a única que pode decidir o que fazer, como vamos nos relacionar com os demais — assinalou.

Marina apresentou apostila editada por um conjunto de associações de prefeitos e vereadores, universidades e outras entidades abordando a ética na esfera municipal. Ela disse ter solicitado permissão para reproduzir a apostila no Senado e distribuí-la em escolas.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Orçamento está mais perto da votação final

Comissão mista passou a tarde e a noite de ontem analisando 2.331 destaques para apreciação de emendas ao relatório do deputado Sampaio Dória. Concluída essa etapa, texto irá ao Plenário do Congresso Nacional

Até o início da noite de ontem, a Comissão Mista de Orçamento havia aprovado 1.041 destaques dos 2.331 apresentados. Somente após a conclusão dessa etapa é que o projeto orçamentário poderá ser votado no Plenário do Congresso. A comissão esteve reunida durante toda a tarde e a previsão era de que continuasse discutindo o conteúdo das emendas até a madrugada de hoje.

Depois de votadas as emendas, é preciso imprimir e distribuir cópias do novo texto para todos os deputados e senadores, antes de o Orçamento entrar em votação no Plenário do Congresso. O regimento determina a publicação em um prazo de 24 horas. Depois, os parlamentares têm prazo de mais



Comissão Mista de Orçamento havia aprovado, até o início da noite de ontem, 1.041 destaques dos 2.331 que foram apresentados por senadores e deputados

48 horas para exame do relatório aprovado.

Segundo o presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, esse prazo pode inviabilizar a votação do Orçamento ainda nesta sema-

na, mesmo que a análise dos destaques seja concluída hoje. Somente um acordo entre os parlamentares da base governista e da oposição poderia garantir a votação do projeto ainda amanhã. O

mais provável, portanto, é que só na próxima semana o Orçamento de 2002 seja aprovado. Por isso a autoconvocação se estende até o dia 7 de janeiro.

— A obrigação é a gente entregar o Orçamento ao país. Cada um registre o seu voto e arque com a responsabilidade da posição que adota. Acho que se votarmos ainda neste ano, dentro do prazo de autoconvocação, estaremos correspondendo ao desejo da sociedade — declarou Tebet, que compareceu à reunião da Comissão de Orçamento e reafirmou sua confiança de que as matérias orçamentárias sejam apreciadas a tempo pelo Congresso.

O presidente da Comissão de Orçamento, senador Carlos Bezer-

ra (PMDB-MT), disse que conta com o comparecimento dos parlamentares da base governista aos trabalhos da comissão para garantir a votação.

O senador Tião Viana (PT-AC) explicou que a oposição vem obstruindo os trabalhos porque quer um acordo com o governo para incluir no Orçamento o aumento do salário mínimo para R\$ 210 e a renegociação da dívida de pequenos produtores rurais. “Nós esperamos que haja mais sensibilidade do governo e melhor senso de negociação”, disse.

Além da continuidade dos trabalhos da Comissão de Orçamentos, está prevista para hoje sessão plenária não-deliberativa no Senado.

Távola pede acordo para evitar prejuízos ao país

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) lançou ontem apelo para que a parte da oposição que está obstruindo a votação do Orçamento faça acordo a fim de que a proposta seja votada. Ele afirmou que “o drama do ano está sendo uma minoria impedir que a nação tenha um orçamento em tempo hábil, obrigando o Congresso a um trabalho desnecessário”.



Artur da Távola apela para que o Orçamento da União seja votado

Távola pediu que, em um momento de crise internacional, não se leve para o mundo a idéia de que o país não viva um momento “razoável”.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que a maioria da população desconhece a importância do Orçamento. Geraldo

Melo (PSDB-RN) defendeu uma reforma cabal do Orçamento. Para ele, o atraso na votação causa danos à imagem do Brasil e do Congresso.

Alcântara lamenta demora e sugere mudança em 2002

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) criticou em Plenário a demora na votação do Orçamento. Segundo o senador, que disse não estar se referindo a nenhum partido ou político em particular, “todo ano é a tragédia de se votar o Orçamento na undécima hora”. Alcântara salientou ainda que a maior parte dos deputados e senadores não tem conhecimento do que consta no relatório do Orçamento, pois não há tempo para apreciá-lo. Ele pediu ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que faça gestões no sentido de que o Congresso, já no próximo ano, adote um novo meio de debater as questões orçamentárias.

Alcântara lembrou que créditos suplementares absolutamente necessários ficam meses esperando para ser votados. Em sua avaliação, parte da dificuldade da Comissão de Orçamento vem do fato de ser mista. “As duas Casas, separadamente, trabalhariam melhor que atuando juntas em uma comissão mista”, declarou.

Em resposta a Lúcio Alcântara, Ramez Tebet disse estar empenhado em acelerar a votação do Orçamento. Ele salientou que pela primeira vez o Congresso faz uma autoconvocação para votar as matérias orçamentárias e cumprir sua obrigação constitucional. “É de fundamental importância para o país, e a sociedade espera isso do Congresso”, afirmou.

Osmar Dias aponta vícios na tramitação do projeto

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que votará o Orçamento para 2002 sem conhecer seu real teor. Para ele, com o projeto chegando às mãos dos senadores “na penúltima hora”, sua votação em Plenário é apenas uma formalidade, por ser fisica-



Osmar Dias defende orçamento impositivo, em vez de autorizativo

mente impossível, a qualquer parlamentar, ler milhares de páginas e examinar milhares de emendas individuais e de bancada em apenas dois ou três dias de votação.

Segundo o senador, uma proposta responsável de orçamento passa pela mudança de seu caráter meramente autorizativo, como ocorre hoje, para um critério impositivo, em que as verbas para esse ou aquele setor sejam de execução compulsória.

Osmar Dias afirmou ser indispensável a imposição de um cronograma rígido de exame e votação do projeto de Orçamento no Congresso, garantindo tempo hábil aos parlamentares para votar, com responsabilidade, o projeto.

Ele disse ter solicitado sua dispensa da Comissão Mista de Orçamento, quando verificou que as votações-chave se faziam, sempre, de madrugada, sob o comando dos mesmos parlamentares. “Não

tenho condições de provar que seu trabalho não seja imparcial, mas afirmo estar desconfiado. Não quis permanecer na comissão porque não sei falar essa linguagem das 5 horas da manhã”, afirmou.

Osmar ressaltou ser uma melhor estratégia

acabar, de vez, com as emendas individuais de parlamentares. “Todos sabem que elas se tornam “moeda de troca” nas mãos do governo, quando quer aprovar projetos de seu especial interesse. Quando uma CPI preocupante para o governo está a ponto de ser aprovada, lá vem o recado: se retirar sua assinatura, suas emendas serão liberadas. Esse comportamento é contrário à ética”, destacou.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o fato de o Orçamento ser meramente autorizativo transforma o trabalho do Congresso de examinar o projeto, propor emendas e aprová-las num esforço inútil e sem razão de ser.

Também em aparte, o senador Carlos Wilson (PTB-PE), que presidiu a comissão especial sobre obras públicas inacabadas, afirmou serem justamente as emendas individuais o principal combustível para alimentar a distorção.

José Alencar quer governo com sentimento nacional

A necessidade de alternância de forças políticas no poder federal foi defendida pelo senador José Alencar (PL-MG) como instrumento para combater a corrupção, romper com a obediência ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e promover o desenvolvimento econômico.



José Alencar defende alternância de forças políticas no poder

muito dinheiro para juros e serviço da dívida”, observou.

Segundo Alencar, nas próximas eleições os brasileiros precisam escolher um governo com sentimento nacional, sensibilidade social, probidade absoluta e compromisso com o desenvolvimento econômico e político do país.

Em aparte, Sérgio Machado (PMDB-CE) disse que as eleições darão ao brasileiro a liberdade de escolher, entre as propostas políticas e econômicas, as que melhor lhe aprouverem.

Para Alencar, a proposta de Orçamento para 2002 não corresponde aos reais interesses do país e do povo. “Não há previsão de investimentos, não há dinheiro para as obras de que o país precisa. Há, sim,

Wilson: governo virou as costas para o Nordeste

Ao apontar o que chamou de omissões para com os nordestinos, senador disse que Executivo não está interessado em combater efeitos nocivos das desigualdades regionais. Ele afirmou que população sofre pior seca dos últimos 70 anos

Ao afirmar ontem, em discurso, que o presidente Fernando Henrique virou as costas para a Região Nordeste, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) disse que as omissões do governo para com os nordestinos ultrapassaram as piores expectativas e que estes sofrem uma das piores secas dos últimos 70 anos.

Carlos Wilson chamou a atenção especialmente para a situação de calamidade na agricultura, exemplificando com o caso do município de Salgueiro, no sertão pernambucano, onde as lavouras de milho, feijão e arroz estão praticamente perdidas. O senador protestou contra medida recente do governo que extinguiu o programa de distribuição de cestas

básicas, deixando 447 mil famílias sem alimentos e sem os R\$ 15 do programa de Bolsa Renda Alimentação.

Para o senador, o governo também teria prejudicado a agricultura no Nordeste com o racionamento de energia elétrica. Em Neópolis (SE), conforme assinalou, os produtores aumentaram a área plantada de 2.800 para 4.800 hectares, mas não puderam fazer irrigação, por causa dos cortes de energia.

Carlos Wilson voltou a reportar-se à existência de irregularidades em 16 grandes obras de irrigação e abastecimento de água no Nordeste, lamentando que as obras já consumiram mais de R\$ 700 milhões e não podem ser retomadas

enquanto estiverem sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União.

Segundo afirmou, o governo prefere, em vez de assumir sua responsabilidade na apuração das denúncias, punir o órgão público envolvido, como o fez com a extinção da Sudene, prejudicando mais uma vez o desenvolvimento no Nordeste.

De acordo com o senador, essas ações evidenciam que o governo não está interessado nos efeitos nocivos das desigualdades regionais. Em aparte, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) aplaudiu o discurso de Wilson e disse que o Senado deve se empenhar em punir os maus gestores de recursos públicos.

Freitas defende fundo para apoiar cultura da carnaúba

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) apresentou projeto de lei criando o Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba (Funcarnaúba) com o objetivo de dinamizar esse setor extrativo, que utiliza mão-de-obra de forma intensiva, podendo



Freitas Neto: produto precisa de um "empurrão federal" para poder ser exportado

gerar muitos empregos, especialmente entre os meses de julho a dezembro, quando não há emprego na agricultura familiar no Nordeste.

Segundo Freitas Neto, a carnaúba oferece inúmeras aplicações econômicas de sua cera, até mesmo para exportação. Embora receba pouca atenção em nível federal, ela tem muita importância na região, especialmente no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, disse o senador. "Trata-se de produto que precisa de um 'empurrão' federal para viabilizar-se como produto de exportação, proporcionando empregos e fi-

xando a mão-de-obra local à terra", comentou.

Freitas explicou que os recursos do Funcarnaúba serão aplicados em pesquisas, desenvolvimento e disseminação de novas tecnologias, em treinar mão-de-obra, melhorar

a infra-estrutura de apoio à produção, estimular as cooperativas de trabalhadores, promover o aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo, bem como em custear a substituição de plantações que não tenham boa produtividade.

Para o senador, se aprovado o projeto de criação do fundo, a carnaúba poderá contar com o respaldo financeiro indispensável para inovar a tecnologia e ampliar a produção, elevando o retorno econômico para a região e garantindo emprego a uma população que dele necessita, especialmente nos meses de entressafra.

Alcântara manifesta preocupação com desigualdade social no país

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou em Plenário preocupação com a desigualdade social no país, ao referir-se ao último censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o senador, apesar de melhoras em vários indicadores, o Brasil continua sendo um país extremamente desigual.

Ele declarou que ficou especialmente impressionado com a confirmação de que a concentração de renda no país continua acentuada.

Alcântara apontou o baixo desempenho dos estudantes brasileiros, quando avaliados comparativamente a estudantes de outros países. Ele citou também o caso do candidato analfabeto que passou no vestibular para uma faculdade de Direito.

Alcântara afirmou que, para

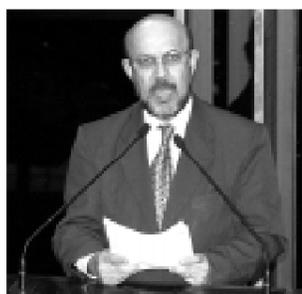


Lúcio Alcântara pediu esforço dos políticos para diminuir distância entre ricos e pobres

diminuir a distância entre ricos e pobres, é necessário esforço contínuo da elite brasileira, em especial da classe política. O senador salientou, no entanto, que o país "tem caminhado em direção ao progresso", e observou melhoras nos índices de saúde, educação e habitação.

Ricardo Santos aponta esforço para melhorar a qualidade da educação

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) afirmou que o Brasil está empreendendo esforços no sentido de melhorar a qualidade da educação no país. Para o senador, as recomendações feitas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o objetivo de



Santos citou pesquisa que coloca o Brasil em último lugar entre 32 países

garantir mais qualidade na educação são semelhantes às adotadas pelo país. Ele disse que o fato de o Brasil ter ficado em último lugar em pesquisa da entidade englobando 28 países desenvolvidos e quatro emergentes torna "necessário muito mais empenho e inovação para acertar o passo com o mundo".

Ricardo Santos lembrou que os alunos avaliados pela pesquisa da OCDE tinham 15 anos, independentemente da série que estivessem cursando. A pesquisa indicou que os alunos tinham dificuldade de entender textos, sendo que as médias de aproveitamento mais baixas foram em Ciências e Matemática.

Entre as recomendações feitas pelo órgão estão mais autonomia às escolas, aplicação de recursos de maneira correta, qualificação de professores e garantia de acesso a infra-estrutura física da escola.

Tuma presta homenagem ao apresentador de TV Raul Gil

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) prestou ontem homenagem, em discurso no Plenário, ao cantor e apresentador da TV Record Raul Gil, que completou 40 anos de carreira.

Romeu Tuma elogiou o programa comandado por Raul Gil na noite de Natal, chamada pelo apresentador de "noite dos humildes". Segundo o senador, o programa foi assistido também em hospitais, asilos e abrigos para carentes, alegrando-lhes os corações.



Romeu Tuma disse que programa da noite de Natal foi assistido em hospitais e asilos

Ao parabenizar o apresentador, ele disse que Raul Gil "tem história, tem coração, tem alma e os mantém a serviço de todos os seus fãs". O senador fez votos de que no próximo ano Raul Gil continue atuando com a

mesma competência, "para o bem da televisão brasileira e felicidade de seus admiradores".

O parlamentar também fez referência à homenagem prestada ao apresentador, no fim de novembro, pela Câmara dos Deputados.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Carlos Wilson, Freitas Neto, Lúcio Coelho, Artur da Távola, José Alencar, José Fogaça e pela senadora Marina Silva